

A segregação pela singularidade: um olhar psicanalítico sobre o conceito fanoniano de zona do “não-ser”

Fernanda Soares Pereira de Carvalho Silva e
João Leite Ferreira Neto

Resumo

A partir da utilização da concepção do psiquiatra Frantz Fanon sobre a zona do “não-ser”, o presente artigo visa a pautar o movimento de autolibertação do sujeito negro em meio ao contexto colonial, desvelando conceitos como raça ou colonização a partir de um viés psicanalítico. Para tanto, ao compreender que tal imaginário estende-se até a contemporaneidade mediante o discurso capitalista, busca-se sobretudo formular uma reflexão sobre a clínica da psicanálise como um espaço antirracista e decolonial — que leve o psicanalista, a partir de sua práxis, a estar disposto a iniciar um movimento de desconstrução dos artefatos teóricos dominantes e de criação de um novo pilar epistemológico.

Palavras-chave:

Psicanálise; Frantz Fanon; Decolonização.

Segregation by singularity: a psychoanalytic look at the Fanonian concept of the zone of “non-being”

Abstract

Using psychiatrist Frantz Fanon’s conception of the zone of “non-being”, this article aims to guide the movement of self-liberation of the black subject in the midst of the colonial context, unveiling concepts such as race or colonization from a psychoanalytical perspective. In order to do so, by understanding that this imaginary extends into contemporary times through capitalist discourse, it seeks, above all, to formulate a reflection on the psychoanalytic clinic as an anti-racist and decolonial space — which leads psychoanalysts, from their praxis, to be willing to start a movement of deconstruction of the dominant theoretical artifacts and the creation of a new epistemological pillar.

Keywords:

Psychoanalysis; Frantz Fanon; Decolonization.

Segregación por singularidad: una mirada psicoanalítica al concepto fanoniano de zona de “no-ser”

Resumen

Utilizando la concepción del psiquiatra Frantz Fanon sobre la zona del “no-ser”, este artículo pretende orientar el movimiento de autoliberación del sujeto negro en medio del contexto colonial, desvelando conceptos como raza o colonización desde una perspectiva psicoanalítica. Para ello, entendiendo que ese imaginario se extiende a la contemporaneidad a través del discurso capitalista, busca, sobre todo, formular una reflexión sobre la clínica psicoanalítica como espacio antirracista y decolonial — que lleve a los psicoanalistas, a partir de su praxis, a estar dispuestos a iniciar un movimiento de deconstrucción de los artefactos teóricos dominantes y la creación de un nuevo pilar epistemológico.

Palabras clave:

Psicoanálisis; Frantz Fanon; Decolonización.

La ségrégation par la singularité : un regard psychanalytique sur le concept fanonien de la zone de “non-être”

Résumé

En s'appuyant sur la conception de la zone de « non-être » du psychiatre Frantz Fanon, cet article vise à guider le mouvement d'auto-libération du sujet noir au sein du contexte colonial, en dévoilant des concepts tels que la race ou la colonisation dans une perspective psychanalytique. Pour ce faire, en comprenant que cet imaginaire se prolonge à l'époque contemporaine à travers le discours capitaliste, il cherche surtout à formuler une réflexion sur la clinique psychanalytique en tant qu'espace antirraciste et décolonial — qui amène les psychanalystes, à partir de leur praxis, à vouloir entamer un mouvement de déconstruction des artefacts théoriques dominants et la création d'un nouveau pilier épistémologique.

Mots-clés :

Psychanalyse ; Frantz Fanon ; Decolonisation.

Introdução

Como sustentáculo de uma instituição total (Goffman, 1961/2015), a psiquiatria atua de maneira determinante para a valoração dos comportamentos desejáveis e indesejáveis, norteando-se por uma máxima normativa que “não deve ser compreendida apenas como um regulador moral, mas, igualmente, como um negócio econômico, político e social”. Tal prática desempenha um papel de desmitificação do sujeito como ente, de modo que se torna possível o controle dos corpos que se encontram em estados de dominação (Gurgel, Lisboa, & Oliveira, 2013, p. 17).

Já no que diz respeito à presença da psiquiatria no contexto africano neocolonial, tal saber exercia sua postura intrinsecamente dominante de outra maneira: em uma busca pela sustentação do processo de neocolonização, houve a incorporação de noções patológicas aos povos colonizados. Tal prática médica buscava analisar o sujeito africano a partir uma concepção que incorria de um determinismo eurocentrado, além de internalizar um sentimento de dependência por parte do sujeito colonizado em relação ao colonizador (Mannoni, 1956).

Enquanto a medicina, na Europa, tinha um papel social (responsável pelo controle e pela segregação de determinados sujeitos), as práticas que foram adotadas no contexto da neocolonialidade pautavam-se na necessidade de especificar o estado mental dos colonizados, diferenciando-os dos colonizadores. Promovendo a patologização da mente africana, as noções de doença derivavam de um olhar europeu, que desconsiderava a realidade dos países e das pessoas colonizadas.

O modelo médico supracitado foi denominado etnopsiquiatria, amplamente utilizado durante o processo de neocolonização da África no século XIX. Sobretudo, tal prática se orientava pelo reducionismo biologicista e pela descontextualização sócio-histórica, a fim de institucionalizar diferenças entre raças. Entre os etnopsiquiatras mais destacados durante a neocolonialidade, estão: Horace Shelley, Willian H. Watson, H. L. Gordon, W. Vinte, B. J. F. Laubscher e J. C. Carothers (Santos, 2016).

A transplantação de modelos e práticas da realidade europeia para o contexto africano, somada à desintegração da análise biopsicossocial, permitiu que a etnopsiquiatria desumanizasse sujeitos por meio de um cientificismo neocolonial, que desconsiderava singularidades, manifestações culturais e subjetivas. Havia, sobretudo, a objetalização do sujeito para aplicação de tal prática, pois sua subjetividade passava a ser rejeitada em razão de um conhecimento predominante, mas não universal.

Os etnopsiquiatras consideravam que suas práticas médicas não eram objetos vazios de sentido sociopolítico, tendo em vista a circunscrição desse saber em um processo histórico-cultural (Costa & Mendes, 2021). Logo, essa técnica endossava a ocorrência de uma operação segregatória, fundando e firmando práticas racistas a partir de uma imaginação sobre o gozo do Outro (Miller, 1985).

Já para o psiquiatra decolonial Frantz Fanon (2008), a aplicação de uma ciência psiquiátrica auxiliava muito pouco na compreensão sobre o sujeito colonizado, pois tal entendimento só adviria a partir de apontamentos ontologicamente críticos, capazes de refletir nos campos epistemológicos e práticos por meio da inscrição de uma diferença. Contudo, tal processo encontraria como dificultador a não castração do sujeito branco, que passaria a atuar como o grande Outro.

Nessa configuração neocolonial, a condição de existência ofertada ao negro adviria da noção de que esse não é branco e estaria impossibilitado de ser reconhecido como igual ao Outro, “um real palpável, um *corpo branco*” (Nogueira, 1998, p. 115). De certo, para o sujeito colonizado e racializado pelo contexto neocolonial, seria árduo compreender a branquitude como o objeto que lhe supostamente falta, mas, por meio dessa luta de libertação contra uma aparente ordem simbólica, o sujeito poderia vir a tomar consciência sobre o processo de exploração ao qual foi submetido.

Assim, o presente artigo, sob um viés psicanalítico, pretende discutir sobre as práticas psiquiátricas fanonianas, de modo que seja possível refletir sobre a possibilidade de o sujeito racializado ter “o controle de seu próprio ser e tornando-se, enfim, sujeito, e não mais objeto plenamente determinado” (Weber & Medeiros, 2020, p. 277).

A segregação

Para Aníbal Quijano (2005), a constituição da América e do sistema capitalista é consequência do processo de colonização iniciado no século XVI, responsável por difundir concepções eurocentradas em países não europeus. Um dos alicerces fundamentais para a sustentação do desenvolvimento da prática colonizadora foi a delimitação de uma classificação social da população a partir da raça, que passou a se configurar como uma estrutura biológica responsável por distinguir os colonizadores dos colonizados.

Ainda durante o processo de colonização, a construção das novas identidades históricas foi associada aos papéis sociais e econômicos desempenhados, “apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se” (Quijano, 2005, p. 118). Articulou-se, então, uma nova tecnologia de dominação/exploração, baseada na correlação entre raça/trabalho: as demais regiões e populações que estavam incorporadas à colonialidade eurocêntrica permaneciam sob relações não salariais de trabalho; assim, tinha-se a percepção de que o trabalho assalariado deveria ser destinado somente à raça colonizadora — os brancos essencialmente eurocentrados.

Como condição de centro do capitalismo, a Europa também impôs seu domínio colonial e um padrão específico de poder a outras regiões e culturas. O início do neocolonialismo se deu em meados do século XIX, quando a afirmação de verdades eurocêntricas implicou um processo de [re]identificação histórica dos povos africanos, levando a novas relações intersubjetivas e à fatalização social/pessoal do africano colonizado (Quijano, 2005).

Dessa maneira, o processo de racialização desses sujeitos se deu por meio dessa diferenciação entre o dominador e o dominado, em uma relação de afirmação sustentada pela negação. Houve a elevação pela inferiorização, que transformou o africano negro em uma presença ausente, um ente inteiramente coisificado, que nem mesmo humano chegava a ser (Faustino, 2018).

Tais configurações não afetavam somente as estruturas econômicas ou sociais, mas também na formação dos processos mentais. A racialização dos colonizados e a consequente ausência de seu reconhecimento como humanos conferiram aos negros traços de identidade associados à violência, à impulsividade e à criminalidade.

Por meio da alienação, em conjunção com um processo de coisificação do ser, o negro acabou por ser dividido pela própria cisão colonial e terminou desumanizado, ao defrontar-se com o que lhe foi imposto como modelo de humano: o europeu branco (Costa & Mendes, 2021). Sobretudo, o sujeito colonizado tornou-se distinto e inferior ao branco, visto como incivilizado e passível de desqualificação moral e instrumentalização prática.

Tal panorama foi exposto por Dubois (1999) em consonância com o que Gilroy (2012) expôs em *Atlântico negro*: a criação dessa “dupla consciência” (branco *versus* negro) apresentaria, de um lado, uma sociedade que supostamente representa o que é visto como cultural e avançado, enquanto, de outro, existiriam os povos bárbaros, vistos como derivados de um “processo de enfabulação” (Mbembe, 2014), a partir da adoção de concepções mitológicas, que nada dizem respeito à realidade, deixando-os desenraizados, confusos e incapazes de apontar as contradições ocorridas durante a colonização.

Para Isildinha Baptista Nogueira (1998), tamanha desorganização seria influenciada, sobretudo, pelo registro imaginário e simbólico, que afeta não só a construção do Eu, mas também delimita as fronteiras raciais e inscreve a noção do corpo na dimensão psíquica. Ou seja, a colonização do sujeito, além de influenciar os posicionamentos das instâncias políticas, sociais e econômicas, também transformou a pele negra em um significante simbólico, que remete à segregação, mesmo após o fim do processo neocolonial.

Fanon e o ser-negro: um olhar psicanalítico sobre a vida singularmente coisificada

No que diz respeito à visão fanoniana, essa não compreende o negro e a negritude a partir da cor da pele, mas, sim, por um discurso social e político indiscutivelmente capitalista, que correlaciona o sujeito racializado com a inferioridade econômica e as relações narcísicas (Lima, 2022).

Ora, se o autor aponta a desvantagem colonial-financeira como um aspecto atrelado à negritude, é de se esperar que o negro, por meio do registro do imaginário, compreenda seu material econômico como reflexo imagético de si, criando

um duplo complexo a partir do ideal imaginário — pois, se há a precariedade econômica, conseqüentemente existem menos possibilidades de existência.

Logo, se a raça é consequência dos modos de transmissão dos lugares simbólicos em um discurso efetuado (Miller, 1985), com notórias implicações imaginárias, é possível afirmar que seria, então, o gozo o mantenedor da ordem discursiva, de maneira que os sujeitos envolvidos passam a ser diferenciados. Nesse caso, como o gozar sem limites vem do branco, em que a falta e a castração não operam, restou ao negro um processo alienante castrador, norteador pelo desejo de ser o Outro (ou o não-Eu).

Para tanto, a visão fanoniana indica a desutilização do Outro como um modelo representacional, simbólico e imaginário. Ao sugerir que o sujeito racializado deve “liberá-lo de si próprio” (Fanon, 2008, p. 26), é enfatizada a importância desse de acolher a própria raça como uma afirmação de si, tendo em vista que, quanto mais rejeitada a negritude for, mais o sujeito negro se utilizará de máscaras brancas para esconder a própria verdade.

Assim, o início da transformação do negro assujeitado-coisificado para o negro sujeito-não objeto ocorreria, segundo a teoria fanoniana, a partir da compreensão do ideal de “não-ser” como uma zona de afirmação de uma negativa. Segundo o autor, “há uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril (...) onde um autêntico ressurgimento pode acontecer” (Fanon, 2008, p. 26).

Uma nova percepção do negro quanto à sua negritude adviria, então, de um processo de desalienação do ideal branco, além do reconhecimento de si — pois, ao permitir-se analisar os sintomas envolvidos, seria criado um movimento de contraposição à alienação colonial e, conseqüentemente, ao regime político, que auxiliaria na manutenção do gozo infinito apresentado pelo colonizador. A aderência da zona do não-ser seria, então, a transformação do real por vias simbólicas e imaginárias, de modo que a existência subjetiva conseguiria reproduzir o valor e a verdade universal do negro como sujeito.

Contudo, o desvelar da autolibertação supracitada encontraria como obstáculo o processo histórico de alienação, em conjunção com as relações narcísicas e gozosas encontradas entre pretos e brancos. Fanon (2008) explica-as a partir da hipótese do duplo narcisismo — já que a segregação começaria quando o branco se fecha em sua branquitude, e o negro, em sua negritude.

Para tanto, é importante ressaltar que o fechamento existencial em sua estruturação não tornaria o sujeito negro mais livre — pois esse acabaria por restringir-se naquilo que foi delimitado como características da negritude, e não em sua própria originalidade. Tal movimento seria sustentado pela alienação psíquica pela via da linguagem, pois haveria a aderência da língua do branco, de seus costumes e de sua cultura.

Em uma busca por algo que lhe falta, o negro passaria por uma mudança absoluta em seu fenótipo. “Por isso, pode-se afirmar que a violência não tem apenas

como objetivo manter negros assujeitados. Ela busca também desumanizá-los, ao liquidar suas tradições, sua língua, sua cultura, sem dar-lhes em contrapartida a cultura do colonizador” (Lima, 2022, pp. 272-273).

O autor trouxe à luz como dificultosa foi a descoberta da própria negridão, apesar dos aparatos teóricos desenvolvidos por si mesmo: “no momento em que eu esquecia, perdoava e desejava apenas amar, devolviam-me, como uma bofetada em pleno rosto, minha mensagem! O mundo branco, o único honesto, rejeitava minha participação” (Fanon, 2008, p. 107).

À vista disso, fecha-se o desenvolvimento desta reflexão sobre a zona do não-ser com o relato desenvolvido pelo próprio Frantz Fanon, O autor afirma que o negro sempre será lembrado de sua condição de negro, e qualquer coisa ordinária que possa ser realizada por ele passa a ser extraordinária, já que advém desses “não-seres”. “De um homem exige-se uma conduta de um homem; de mim, uma conduta de homem negro” (Fanon, 2008, p. 107).

Uma conclusão para se pensar

Para além da compreensão sobre a neocolonialidade e seus efeitos, é importante que a psicanálise também reflita o avesso dessa, que paira na decolonialidade e suas reações. Tal processo decolonial partiria de uma análise existencial e humanista (Fanon, 2008), que contempla o negro como um sujeito universal, desracializado e não determinado a partir de imposições categóricas. E seria no decorrer dessa luta pela libertação que o sujeito colonizado seria conscientizado da exploração à qual foi submetido, retomando, assim, o controle de seu próprio ser e de sua consciência.

Entretanto, é importante salientar que o espectral da neocolonialidade permanece a pairar nas relações contemporâneas, sustentando-se por meio da proeminência do discurso capitalista. Por seu caráter fixo e imóvel, os rastros permanentes da colonização ainda “fazem estremecer o presente daqueles que escravizou, infiltrando-se até nos seus sonhos, preenchendo seus pesadelos mais medonhos, antes de lhes arrebataram lamentos atrozes” (Mbembe, 2014, p. 19).

Tal modificação não tão somente exigiria o fim da clivagem neocolonial, que ainda persiste em assombrar a contemporaneidade, mas, sim, uma reestruturação mundial como um todo. Do ponto de vista do trabalho, é preciso encontrar modos de combate às desigualdades econômicas, que são vestígios das desigualdades advindas do neocolonialismo; no que tange à política, é preciso pensar sobre a importância da diversidade na representatividade política. Por fim, quanto à questão epistemológica, principalmente no campo das ciências humanas, é necessário afirmar a visibilidade dos corpos, tanto daqueles que falam quanto daqueles que questionam (Bernardino-Costa, 2016).

Para tanto, ao situar-se em meio à continuação do desarranjar imagético proposto pelo branco — outrora colonizador, atualmente detentor dos privilégios

econômicos e de classe —, o sujeito negro depara-se com o objeto *a*, que o leva até a angústia, em uma espécie de retorno ao estado autoerótico. E aqui cabe ao analista pensar sobre uma transformação da própria prática clínica para a ampliação do horizonte de suas práxis, já que o inconsciente se encontra interligado com a política, e a política faz parte da constituição inconsciente (Lacan, 1967/2003).

Sobretudo, é necessário considerar a opção analítico-teórico-prática decolonial para a compreensão e a feitura de outra psicanálise, a psicanálise antirracista e decolonial, que se posiciona politicamente e atenta-se para a subjetividade de sua época, ainda muito influenciada pela realidade neocolonial. Discursos devem, sobretudo, ser escutados em meio aos males sociais, de maneira que os valide e os considere, tendo em vista que os efeitos de dominação e obnubilação ocasionados persistem em refletir na subjetividade do negro, pois “a ferida do presente é a ferida do passado” (Kilomba, 2019, p. 158).

Referências bibliográficas

- Bernardino-Costa, J. (2016). A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 16(3), 504-521. Recuperado de <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.22915>
- Costa, P. H. A. da, & Mendes, K. T. (2021). Frantz Fanon, saúde mental e a práxis antimanicomial. *Sociedade em Debate*, 27(1), 66-82. Recuperado de <https://doi.org/10.47208/sd.v27i1.2809>
- Dubois, V. (1999). *La vie au guichet : relation administrative et traitement de la misère, études politiques*. Paris: Economica.
- Fanon, F. (1980). *Em defesa da revolução africana*. Lisboa: Sá da Costa.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Faustino, D. M. (2018). *Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro*. São Paulo: Ciclo Contínuo.
- Gilroy, P. (2012). *Atlântico negro: uma modernidade à deriva*. São Paulo: Ubu.
- Goffman, E. (2015). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1961)
- Gurgel, A., Lisboa, F., & Oliveira, V. de (2013). *Filosofia da psiquiatria: história, fundamentos e métodos*. Charleston, SC: Grupo de Pesquisa em Filosofia da Psiquiatria.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In J. Lacan. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- Lima, M. (2022). Uma questão contemporânea: fundamentos para uma psicanálise decolonial – Frantz Fanon e o papel da clínica na subversão das relações sociais. In C. Derzi, C. Marcos, & F. Durães (Org.), *Clínica psicanalítica na atualidade* (pp. 263-277). Belo Horizonte: Quixote+Do.
- Mannoni, O. (1956). *Prospero and Caliban*. London: Oxford.
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra* (1a ed.). Lisboa: Antígona.
- Miller, J. A. (1985). Aula de 25 de novembro de 1985. In *Extimité*.
- Nogueira, I. B. (1998). *Significações do corpo negro*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo. Brasil.
- Quijano, A (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso.
- Santos, E. C. M. (2016). O discurso psiquiátrico e a ideologia colonial na África Britânica. *Antíteses*, 9(18), 437-466.
- Weber, P. A., & Medeiros, P. M. (2020). Sobre a zona de não-ser e o negro-tema: um debate acerca da produção do conhecimento a partir de Frantz Fanon e Guerreiro Ramos. *Áskesis*, 9(1), 266-283.

Recebido: 01/06/2023

Aprovado: 15/06/2023